

Sarney reage contra Collor em três frentes

Dois processos, uma ação criminal (por injúria, calúnia e difamação) e outra cível (exigindo indenização por danos morais). Um pedido ao TSE para que suspenda a propaganda do candidato do PRN no horário eleitoral por seis programas e a solicitação de direito de resposta também em seis emissões de propaganda eleitoral. Até ontem à noite este era o conjunto de medidas com que o presidente José Sarney decidiu reagir aos violentos ataques de Fernando Collor a seu governo, sua família e auxiliares.

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, recebeu a missão de coordenar o encaminhamento de todas as medidas. Se o Presidente ganhar a ação de indenização por danos morais, ele pretende reverter os recursos para uma instituição de caridade. As informações são do líder do Governo na Câmara, deputado Luiz Roberto Ponte, que esteve com Sarney para avaliar o quadro político-eleitoral, em especial os ataques do candidato Fernando Collor.

Ontem à tarde, o Presidente gravou sua resposta ao primeiro ataque do candidato do PRN. O programa tem a duração de dois minutos e meio e será veiculado no horário eleitoral destinado gratuitamente ao PRN tantas vezes quantas tenha sido divulgado o comentário crítico que gerou a resposta. Um assessor próximo a Sarney disse ontem

que o programa eleitoral de Collor veiculado no domingo "foi a gota d'água", porque além das críticas sistemáticas e denúncias de corrupção, o candidato envolveu a família do Presidente. "E se há uma coisa que o Presidente não tolera mesmo é que mexam com sua família", explicou o auxiliar.

O líder Luiz Roberto Ponte assegurou ontem que Sarney não teme devassas em seu governo, por parte de Collor ou de quem vencer as eleições. Segundo o parlamentar, o Presidente está tranquilo, não guarda ódio do candidato agressor, "porque não é de seu estilo", mas se confessa "profundamente impressionado com tanto ódio e paixão de um aspirante à Presidência da República".

TSE

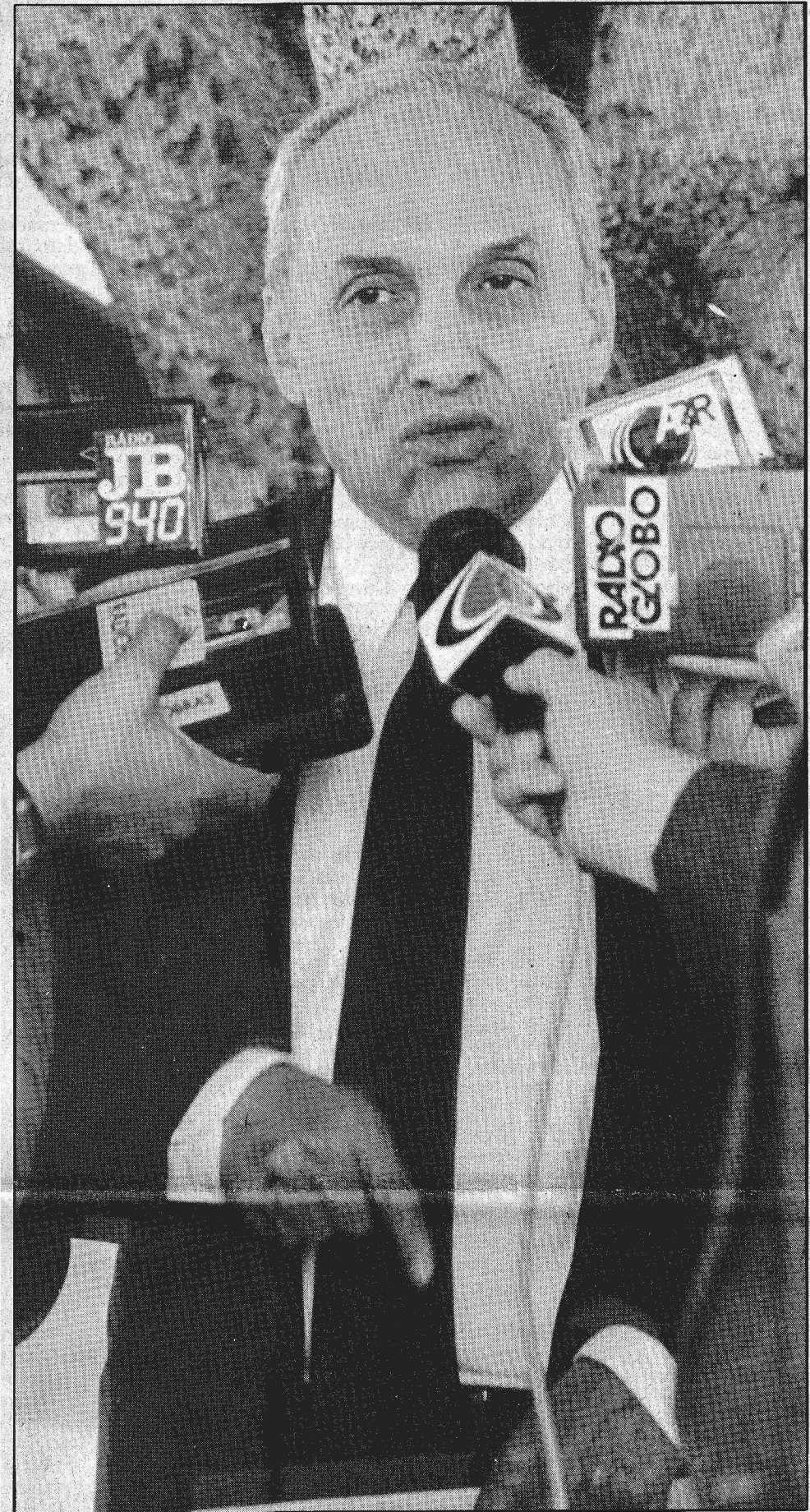
Em seu pleito ao Tribunal Superior Eleitoral, Sarney pede a suspensão da transmissão, por rádio e televisão, dos programas de propaganda eleitoral do PRN, em virtude da "reincidência na prática abusiva", lembrando que o TSE, em casos idênticos, adotou a suspensão da propaganda como punição. O Presidente já havia encaminhado dois pedidos ao TSE. No primeiro, pretendeu contestar declarações de Collor no último dia 3, que lhe atribui

a culpa pela inflação e o qualificou de "ilegítimo, incompetente, incapaz e corrupto". O ministro-relator do processo, Sidney Sanches, acolheu o pleito e deu a Sarney dois minutos e meio para resposta, "em tantos programas de rádio e televisão quantos os que tiverem sido por ele utilizados com o emprego do texto referido na inicial".

No segundo pedido, Sarney quer responder às declarações feitas no último dia 4. Segundo o Presidente, o candidato cometeu infâmias que justificam o exercício do direito de resposta. Novamente o ministro Sidney Sanches acolheu a petição, considerando que, ao menos em tese, o texto de Collor continha expressões ofensivas à honra do Presidente, que poderiam configurar injúria, calúnia ou difamação.

Em seu despacho, o ministro afirma que as expressões usadas por Collor atribuem a Sarney "o propósito de conturbar o ambiente político-eleitoral, a ponto de chegar, depois, a um ato institucional e à perpetuação no poder", além de afirmar seu envolvimento (de Sarney) com um governo corrupto. O ministro lembrou que o nome do Presidente foi citado sete vezes. As críticas a Sarney já foram feitas em seis programas (um na última sexta, dois no sábado, dois no domingo e um ontem). Até aqui, Collor perdeu 15 minutos.

MORENO



Luiz Roberto Ponte informou sobre as ações decididas por Sarney contra Collor